

DIMENSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA UNESP - TEMPO DE VIDA E TEMPO DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Marcela Andresa Semeghini Pereira*

RESUMO - Esta proposta de pesquisa visa investigar a precarização do trabalho docente na UNESP investigando a articulação entre tempo de trabalho e tempo de vida dos professores da Área de Ciências Humanas desta Universidade. Num primeiro momento, deve-se analisar a forma de ser do trabalho docente na Área de Humanas e as condições salariais, inovações tecnológicas, organização do trabalho e modo de gestão do trabalho docente nos últimos 10 anos na UNESP. Também serão analisadas as condições existenciais de produção do conhecimento nesta Universidade Pública e em que medida o conhecimento tornou-se mercadoria comercializável e geradora de lucro. Após este estudo, será investigado o modo de organização do tempo disponível como tempo de vida e lazer dos professores e os impactos das condições objetivas do trabalho docente sobre a saúde e qualidade de vida destes profissionais da UNESP.

Palavras-chave: trabalho, capitalismo, precarização, gestão, tempo disponível, lazer.

DIMENSIONS OF TEACHING IN PRECARIOUS WORK UNESP - LIFETIME AND WORKING TIME TEACHERS AREA OF HUMANITIES

ABSTRACT - This research proposal aims to investigate the casualization of teaching in UNESP investigating the relationship between working time and lifetime Teachers Area of Humanities of this University. At first, one must consider how to be the teacher's work in the area of Humanities and wage conditions, technological innovation, work organization and management mode of teaching in the last 10 years at UNESP. Existential conditions of knowledge production will also be examined in this Public University and the extent to which knowledge has become tradeable commodity and generating profit. After this study, we will investigate the mode of organization of available time as life and leisure time of teachers and the impact of objective conditions of teaching on health and quality of life of these professionals UNESP.

Keywords: labor, capitalism, casualization, management, time available, leisure.

* Mestranda em Direito pela Universidade de Marília – Unimar. E-mail: ma.andresa@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetiva apreender a relação entre tempo de trabalho e tempo de vida dos professores da Área de Ciências Humanas da UNESP e o modo de organização da estrutura do tempo disponível, buscando entender como este é usufruído. Para István Mészáros, o homem-que-trabalha nas condições do sociometabolismo do capital tem sua subjetividade e personalidade afetada pelo movimento de redução do tempo de trabalho necessário e ampliação do tempo de trabalho excedente apropriado pelas necessidades da acumulação de valor. Diz Meszáros:

O trabalho obtém concessões ao preço de ser forçado a constantemente reduzir o volume de trabalho necessário requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista. Todavia, não conquista o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio do *tempo disponível*: a longo prazo, única salvaguarda viável contra a sujeição à extrema penúria e à indignidade do desemprego em massa. E o capital, por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em sua própria auto-expansão lucrativa e dinâmica ao elevar incansavelmente a produtividade do trabalho; entretanto, não encontra solução adequada para crescentes complicações e perigosas implicações do desemprego crônico e da superprodução concomitante, que prenunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva (2008, p. 667).

Alguns pesquisadores, nacional e internacional, utilizaram-se do termo lazer, quando discutem o tempo de vida, este conceito será o adotado na pesquisa. Entretanto, tempo de vida não se reduz a lazer. Dentre as definições de lazer, a mais adotada pelos estudiosos é a dada pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (1973, p. 34).

O autor relaciona lazer à satisfação de algumas necessidades humanas como o repouso, a diversão, a recreação, a distração e o desenvolvimento intelectual. Para Dumazedier (1973, p. 32) o lazer é uma atividade ou inatividade voluntária, onde o homem se sente liberto de qualquer grilhão. Para o sociólogo, este é o futuro substituto do trabalho alienado e tende a ser o tempo de uma auto-formação permanente e voluntária. Este dispõe de três categorias, que são as principais funções do lazer: função de descanso; função de divertimento, recreação e entretenimento e função de desenvolvimento. Por outro lado, Marcellino define o lazer:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. O importante, como traço definidor, é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (1987, p. 31).

O autor dá ênfase à voluntariedade da ação ou omissão realizada pelo homem, pois o tempo disponível como tempo de vida deve ter caráter voluntário e livre de obrigações ou coações externas: o que se busca é a satisfação pessoal.

Para Renato Requixa (1980, p. 35), lazer é uma ocupação livre e seus valores devem propiciar condições de recuperação psicossomática e desenvolvimento pessoal/social. É um momento de ociosidade e contemplação. Na mesma linha de argumentação, Ethel Medeiros considera o lazer como:

[...] espaço de tempo não comprometido do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida, destacando como funções do lazer para o homem contemporâneo, o repouso, a diversão e o desenvolvimento pessoal (1971, p. 30-31).

Para Requixa e Medeiros, o tempo de vida como lazer está relacionado ao tempo de não-trabalho e desobrigação familiar, política e social, ou seja, no momento de lazer o indivíduo pode ser ele mesmo, fazendo ou não fazendo algo. Requixa e Medeiros tratam do lazer e não do conceito de tempo de vida, tendo em vista que reduzir este tempo ao lazer é um equívoco, pois reduz tempo disponível não apenas da desobrigação de trabalho, mas também da desobrigação de vida familiar, política e social, excluindo, deste modo, do tempo de vida como tempo disponível, a fruição de relações sociais, familiares e políticas.

Portanto, como se salienta o tempo de vida não se reduziria a lazer visto como sinônimo de não-fazer, limitado ao direito de opção a não fazer algo. Na verdade, o tempo de vida não inclui apenas repouso, diversão, namoro, práticas esportivas, entretenimento ou contemplações capazes de satisfazer as pessoas no plano individual, mas principalmente atividades sociais, políticas e coletivas, ou ainda, encontrar amigos e familiares, e até mesmo o trabalho comunitário, dentre outras atividades de interação social. O tempo disponível como tempo de vida implica fruição da vida humano-genérica, isto é, vida social plena de relações humanas interpessoais.

Não se deve confundir também tempo de vida com tempo de consumo. Conforme leciona Sarah Bacal (2003, p. 87), tende-se a converter o tempo disponível em tempo de consumo como objetivo capaz de preencher suas exigências de gratificação, sua vida. Por

exemplo, os publicitários não propõem lazeres que não exijam poder de compra. De acordo com Alves (2013), o consumo fetichizado tomou conta da sociedade atual, para ela:

Na medida em que sob o capitalismo fordista o consumo fetichizado ocupou o tempo de vida e lazer, criaram-se as condições sociometabólicas para que o tempo de vida esvaziado de conteúdo se tornasse tempo de trabalho estranhado e fetichizado nas condições do capitalismo toyotista. Portanto, antes de ser reduzida a trabalho abstrato fictício, a vida foi esvaziada de conteúdo efetivamente humano pelo consumo fetichista (2013, p. 125).

O consumo fetichista praticado no tempo de lazer colabora com o estranhamento e a alienação do homem visto que este consome o que está condicionado a consumir, desta forma não se encontra consigo mesmo e com sua subjetividade. No momento em que o homem é condicionado em suas ações, mesmo nos momentos de não-trabalho, este perde sua humanidade e sua dignidade, visto que é um estranho para si mesmo.

A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A redução da jornada de trabalho não torna imediatamente o tempo liberado pelo desenvolvimento das forças produtivas em tempo dedicado a este exercício de liberdade e auto realização. Há risco de que este seja degradado pela cultura de massa e entretenimento, a indústria cultural, visando tão somente às oportunidades econômicas do lucro.

Nas condições do capitalismo global, presencia-se o aumento da intensidade do trabalho. De acordo com Sadi Dal Rosso (2008, p. 20), a intensidade tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar, este se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta. Esta compreensão também pressupõe que a atenção esteja concentrada sobre a pessoa do trabalhador, sobre o coletivo dos trabalhadores, e não sobre outros componentes do processo de trabalho que têm capacidade de alterar os resultados, tais como as condições tecnológicas. Relacionando este assunto aos docentes, coloca-se Bosi (2007):

[...] a pressão exercida para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada de 40 horas tem se concretizado, principalmente, alicerçada na idéia de que os docentes devem ser “mais produtivos”, correspondendo à “produção”, a quantidade de “produtos” relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações, projetos, patentes etc.) expelidos pelo docente. Por um lado, evidencia esse processo o direcionamento empresarial da ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, presente nos editais dos órgãos e fomento à produção científica. Cada vez mais, a CNPq e as fundações estaduais de apoio à pesquisa tem convertido seus recursos para pesquisas e estudos que aparelhem e potencializem a capacidade de reprodução do capital, desenvolvendo uma razão instrumental que pode ser facilmente verificada no caráter dos editais divulgados. O perfil de pesquisa que escorre

caudalosamente desses editais termina por ditar o padrão para a produção acadêmica em geral. Uma das consequências desse processo é que a qualidade da produção acadêmica passa então a ser mensurada pela quantidade da própria produção e por valores monetários que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição (2007, p. 1513).

Portanto, o modelo produtivista das novas formas de gestão toyotista gera a perda da autonomia intelectual e do controle sobre o processo de trabalho configurando na subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital, visto que os professores que se colocam contra este sistema são vistos como “improdutivos”. Silva Jr e Silva (2010) tratam deste assunto e informam que: “Sofrimento, mal-estar, estranhamento: eis o que resultou da incorporação da teleologia com valores instituídos pela CAPES”. (SILVA JR; SILVA, 2010, p. 225), completam declarando que o trabalho intensificado limita a fruição do tempo disponível, da vida familiar, atingindo a saúde do professor.

No capitalismo contemporâneo, a intensidade do trabalho está voltada para os resultados que devem ser qualitativa e quantitativamente superior, razão pela qual se exige um consumo maior de energias do trabalhador. Esta intensificação é observada quando há maior gasto de energias do trabalhador sejam elas físicas ou psíquicas (trabalho imaterial) (DAL ROSSO, 2008, p. 21).

A intensificação do trabalho e a diminuição do tempo disponível como tempo de vida são elementos da precarização existencial que causa estresse ideológico gerado pela precarização do homem como ser humano-genérico, a precarização existencial refere-se à degradação das condições de existência do trabalho vivo no território das metrópoles e nos espaços públicos de desenvolvimento humano (inclusive Universidades Públicas), isto é, as condições da reprodução social como circulação, territorialidade, consumo e lazer. (ALVES, 2013).

Na medida em que se desenvolve a grande indústria, a criação de riqueza real vem a depender menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado do que da potência/intensidade dos agentes que vêm colocados em ação durante o tempo de trabalho. O capital, quando dissemina o trabalho estranhado corrói os atributos da pessoa humana e distância os três atributos fundantes e fundamentais da humanidade do ser: individualidade; subjetividade e alteridade (ALVES, 2013, p. 117).

Marx, ao estudar o processo de mecanização da produção, desloca seu ideal de emancipação humana do campo do trabalho para o do tempo disponível ou tempo de vida – que se ampliaria progressivamente com o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo com o progresso técnico dos meios de produção, enfim, da maquinaria automática, reduzindo

o tempo de cada indivíduo dedicado ao trabalho necessário e excedente (enfim, a jornada de trabalho toda). Karl Marx (1967) acreditava que em toda sociedade onde habitassem homens e mulheres, deveria haver possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades e aperfeiçoamento, não apenas como ferramentas de trabalho para produção de mercadorias, mas também como pessoas capazes de opinar e desenvolver sua intelectualidade, para isso é primordial o tempo disponível. O trabalho é uma das causas de toda degeneração intelectual, de toda deformação orgânica, da depreciação da arte, do belo e da supervalorização do vulgar e do massificado.

Em consonância ao exposto por Marx, Alves (2013) destaca a “precarização do homem-que-trabalha” – homem como ser humano-genérico -, por conta da exploração e condições salariais. Esta precarização ocorre no plano da subjetividade humana, ocasionando desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais e, principalmente, gerando a redução do tempo disponível a tempo de trabalho.

Russell em sua obra “O Elogio ao Ócio”, retrata a repulsa à supervalorização do trabalho e a crença de que este seja um meio de felicidade:

[...] eu acho que se trabalha demais no mundo de hoje, que a crenças nas virtudes do trabalho produz males sem conta e que nos modernos países industriais é preciso lutar por algo totalmente diferente do que sempre se apregoou.

Quero dizer, com toda a sinceridade, que muitos malefícios estão sendo causados no mundo moderno pela crença na virtude do trabalho, e pela convicção de que o caminho da felicidade e da prosperidade está na redução organizada do trabalho (2002, p. 23-25).

Para Russel a felicidade não se encontra no tempo de trabalho, ela está presente no tempo de vida ou tempo de existência, no tempo em que o homem se realiza e se liberta do estranhamento originado no ambiente de produção do capital e é neste tempo em que o homem vive com dignidade humana.

O cenário do capitalismo global do século XXI apresenta-se profundamente contraditório e extremamente crítico visto que se o trabalho ainda é central para a criação do valor – reiterando seu sentido de perenidade – estampa, em patamares assustadores, seu traço de superfluidade, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários, características pertinentes ao trabalho docente além do grande exército (de reserva) de desempregados e desempregadas no mercado mundial.

Na era da mundialização do capital verifica-se uma fase de mundialização das lutas sociais do trabalho (como exemplo a população indo às ruas e manifestando-se exigindo

direitos e melhorias), nelas incluídas as massas de desempregados que se ampliam em escala global). Sobre a mundialização, diz-nos François Chesnais (1996, p. 24):

A palavra “mundial” permite introduzir, com muito mais força do que o termo “global”, a idéia de que, se a economia se mundializou seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem o destino do mundo não querem de jeito nenhum.

Na verdade, a crise estrutural do capital (ANTUNES, 2001 e 2002; ALVES, 2000; 2010; 2011a; 2011b; e 2012), caracterizada por dois processos críticos fundamentais, o de formação de valor e o de (de)formação humano-social (ALVES, 2010, 2011a, 2011b, 2012) vem promovendo a precarização do trabalho vivo tanto como mercadoria (precarização do trabalho) quanto como ser humano-genérico (precarização do homem-que-trabalha, precarização existencial). O novo metabolismo social do trabalho caracteriza-se pelas novas formas de consumo (da força de trabalho como mercadoria) e pelos novos modos de (des)constituição (do ser genérico do homem), alterando a relação “tempo de vida”/“tempo de trabalho” e o espectro de sociabilidade e de auto-referência pessoal (elementos do processo de formação do sujeito humano-genérico). Uma nova morfologia social do trabalho, resultante de tais processos sócio-históricos, emerge com dinâmicas psicossociais que implicam: (01) na dessubjetivação de classe; (02) na captura da subjetividade do homem-que-trabalha; e (03) na redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria, gerando, como consequência, uma crise da subjetividade e do trabalho vivo, percebida em três importantes dimensões: (a) crise da vida pessoal (crise do homem com seu espaço de vida); (b) crise da sociabilidade (crise do homem com outros homens); e (c) crise de auto-referência (crise do homem consigo mesmo). (ALVES, 2010; 2011a; 2011b, 2012)

O sujeitos da presente pesquisa serão os professores de humanas da Unesp (Universidade Estadual Paulista), esta foi fundada em 1976, resultou da incorporação de Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então unidades universitárias situadas em diferentes pontos do interior paulista.

Durante toda a década de 1990 a Unesp ampliou sua área de atuação, sobretudo na forma de aumento da oferta de vagas. Mas em 2003, atendendo a solicitações e de acordo com a política do governo estadual de promover maior incremento do ensino superior público, a Unesp se expande em várias direções com a criação das então chamadas Unidades Diferenciadas, atualmente denominadas Câmpus Experimentais.

Mantida pelo Governo do Estado de São Paulo, é uma das três universidades públicas de ensino gratuito, ao lado da USP (Universidade de São Paulo) e da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

A Unesp tem, atualmente, 34 unidades em 24 cidades, sendo 22 no Interior; uma na Capital do Estado, São Paulo; e uma no Litoral Paulista, em São Vicente. Possui 3,5 mil professores, 7 mil funcionários e 47 mil alunos. A Unesp oferece 179 opções de cursos de graduação, em 68 profissões de nível superior, que formam, por ano, 5,6 mil novos profissionais.

Na pós-graduação, mais de 10 mil alunos estudam em 118 programas, com 117 mestrados acadêmicos, 6 mestrados profissionais e 93 doutorados acadêmicos. Há ainda 6,5 mil estudantes em cursos lato sensu promovidos pelo Núcleo de Ensino a Distância (Nead).

De acordo com os anuários estatísticos da Unesp, disponível no site, entre os anos de 2000 e 2012, houve um aumento de 50,3% no número de alunos de graduação, que passou de 23.603 para 35.485; e um aumento de 34 % no número de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado), que passou de 8.812 para 11.804. Entretanto, no mesmo período, o número de professores contratados elevou apenas 15,4%, passando de 3.141 para 3.625, comprovando a tendência à intensificação do trabalho docente.

A Unesp está entre as instituições que mais produzem ciência no Brasil, em todas as áreas. Os alunos são estimulados, desde a graduação, a participar de projetos de pesquisa por meio de um conceituado programa de Iniciação Científica. A Universidade realiza pesquisa em todas as áreas do conhecimento, e os alunos de graduação podem participar dessas pesquisas, auxiliando professores ou desenvolvendo seus próprios projetos de iniciação científica.

Abaixo, apresenta-se quadro com os Câmpus da Unesp e localizações dos cursos da área de humanas, matéria empírica da proposta de pesquisa:

CÂMPUS	UNESP – Cursos Área de Humanas
Araraquara	Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Letras, Pedagogia
Assis	História, Letras, Psicologia
Bauru	Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social, Pedagogia, Psicologia, Sistema de Informação
Franca	Direito, História, Serviço Social
Jaboticabal	Administração
Marília	Ciências Sociais, Filosofia, Pedagogia, Arquivologia, Biblioteconomia,

	Relações Internacionais, Biblioteconomia
Presidente Prudente	Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Pedagogia
São José do Rio Preto	Letras, Pedagogia
São Paulo	Arte-Teatro, Educação Musical, Música
Rio Claro	Geografia, Geologia, Pedagogia,

Em que medida o tempo de vida dos trabalhadores docentes da UNESP está reduzido a tempo de trabalho – eis a primeira questão que a pesquisa visa investigar. Devido à natureza do trabalho docente como trabalho ideológico – o que tratar-se-à também - muitas vezes tempo de vida e tempo de trabalho não possuem distinções claras entre ambos, determinado em função dos ciclos da vida e do trabalho. Depois, é importante investigar como se organiza o tempo disponível – ou tempo de vida - do professor da UNESP da Área de Ciências Humanas, construindo deste modo, um orçamento do tempo de vida do trabalhador docente da UNESP.

Uma das prováveis hipóteses é que a falta de tempo disponível do professor esta intrinsecamente ligada ao seu processo de proletarização (MARX, 1967, p. 88-171), consistindo na mercantilização do corpo e da mente. Esta é uma nova dimensão da precarização do trabalho que não se reduz a precarização salarial, mas envolve a precarização existencial.

Outra hipótese possível é que um dos elementos cruciais da precarização laboral dos docentes da UNESP com impacto nas condições da produção do conhecimento científico ocorre por meio da “invasividade” do tempo de vida pelo tempo de trabalho ou ainda, pela “captura” da subjetividade do professor pelos requerimentos do novo modo de gestão do trabalho docente nas universidades públicas. A pesquisa deve avaliar os modos de ser da precarização do trabalho docente como precarização do homem-que-trabalha e precarização existencial.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Apesar da amplitude da precarização do trabalho docente, estudos sociológicos propriamente ditos ainda são relativamente escassos, não existindo pesquisas com este recorte e estudo específico dos professores da Unesp, área de humanas. A relevância da presente proposta de pesquisa se dá, também, no interesse em compreender as condições existenciais de produção do conhecimento na Universidade Pública e em que medida o conhecimento tornou-se mercadoria comercializável e geradora de lucro.

A precarização de trabalho na universidade naturaliza ocorrências como: substituição de colegas para cobrir a falta de contratação de professores; correções de provas e trabalhos, planejamento de aulas, atividades realizadas durante o tempo disponível do docente, nos finais de semana ou mesmo em trânsito, dentro do ônibus. A professora Vera Navarro alerta-nos sobre a flexibilização do trabalho, como mais um processo de intensificação:

O trabalhador ideal do ponto de vista do capital deve ser polivalente e flexível e, além disso, deve se dispor a levar o trabalho para ser realizado em sua própria casa. Tal trabalho flexível, segundo a ideologia dominante, possibilita ao trabalhador mais liberdade para administrar seu tempo, para moldar sua vida (NAVARRO, 2006, p. 72).

Hoje, no período em que o trabalho docente, é qualitativamente generalizado e tendencialmente hegemônico, o intelectual se encontra por inteiro no interior do processo produtivo. Quer a atividade do intelectual se exercite na formação ou na comunicação, quer nos projetos industriais ou nas técnicas das relações políticas, em todos os casos, o intelectual não pode mais ser separado da máquina produtiva. O intelectual está aqui em completa adequação aos objetivos da libertação sendo o novo sujeito, poder constituinte não sabe do que, potência do comunismo de base consumista (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 30).

A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial na forma de trabalho ideológico está no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor (exemplo típico do fetichismo da mercadoria). A mercadoria não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador, até porque o trabalho imaterial é o que produz conhecimento, no entanto atualmente o mesmo é confundido com uma mercadoria.

É cada vez mais evidente a consciência de que as atividades cerebrais predominam em relação às manuais, que as atividades virtuais prevalecem sobre as tangíveis. Seja no horário

de trabalho, seja durante o tempo disponível, agem-se mais com a cabeça, em vez de usar a força física. Nesta linha de pensamento, comenta Karl Marx:

Trata-se agora de desenvolver livremente as individualidades, e não de reduzir o tempo de trabalho necessário, tendo em vista criar trabalho excedente; a redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo passa a corresponder à formação artística, científica etc., dos indivíduos graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos (1973, p. 229).

Este tempo de vida das individualidades, conquistado pelo tempo liberado através dos progressos das forças produtivas do trabalho social, é o ideal emancipatório que surge neste texto. O tempo de vida destinado ao desenvolvimento integral e livre dos indivíduos somente é criado através do aumento da produtividade do trabalho que objetiva reduzir o tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente, produtor de mais-valia, e desta forma reduzir a jornada toda de trabalho; liberar o tempo para que este tempo disponível possa se converter em arte, ciência, enfim, conhecimento e criação.

Muitas vezes a redução na jornada de trabalho, possível alternativa a precarização do trabalho docente, resulta na redução salarial do trabalhador e este está condicionado a acumular e a consumir. Também, a cultura do desempenho ao contrário do caráter humanista e formador da educação, leva os sujeitos a ações competitivas, individualistas e alienantes. Essa cultura nega o espaço escolar universitário como formador. Sua natureza apresenta-se em harmonia às características neoliberais produtivista, que acompanha uma visão tecnocrática e gerencial do trabalho (SANTOS, 2004). Através desta cultura, há intensificação do trabalho como forma de comportamento condicionado e argumento de sua própria sobrevivência.

Para Marx (1967, p. 156), o trabalho sob relações de dominação impõe-se ao homem como simples meio de existência, isto é, como uma atividade que tem como único sentido o de garantir a sobrevivência física. Mas, segundo o mesmo autor, a atividade vital humana é tanto a responsável ou a base para prover as condições materiais de existência, quanto engendradora da vida genérica do homem. Isto quer dizer que, além de produzir os meios necessários para a existência física, a atividade vital humana produz, ao mesmo tempo, a humanização ou autocriação do gênero humano através do processo de objetivação.

No trabalho alienado, "a vida mesma aparece só como *meio de vida*" (Marx 1967, p. 156 - grifos no original), sendo entendido, assim, como meio de existência, como uma aparente atividade, como exterior ao trabalhador e não como ato que desenvolve novas

capacidades e cria novas necessidades, não como essência humana no sentido da realização das potencialidades alcançadas pelo gênero humano.

Considerando este referencial, o trabalho do professor será alienado quando seu sentido não corresponder ao significado dado pelo conteúdo efetivo dessa atividade prevista socialmente, isto é, quando o sentido pessoal do trabalho separar-se de sua significação. Se o sentido do trabalho docente atribuído pelo professor que o realiza for apenas o de garantir sua sobrevivência, trabalhando só pelo salário e sem ter consciência de sua participação na produção das objetivações na perspectiva da genericidade, haverá a cisão com o significado fixado socialmente. Esse significado é entendido como função mediadora entre o aluno e os instrumentos culturais que serão apropriados, visando ampliar e sistematizar a compreensão da realidade, e possibilitar objetivações em esferas não cotidianas. Nesse caso, o trabalho alienado do docente pode descaracterizar a prática educativa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa serão utilizados métodos de pesquisa qualitativa (entrevistas narrativas e questionários) e a técnica do método de orçamento de tempo para aferir o modo de organização do tempo disponível dos professores da UNESP. Muitos elementos da vida social estão associados à distribuição temporal das atividades humanas e às reincidências, duração, frequência e sequência de ordem. O método de pesquisa sobre orçamento de tempo se baseia em observação direta, entrevista e empregos de materiais documentais que permitem estabelecer relatos especificados e medidos de modo como às pessoas dispõem de seu tempo, nas limitações de um dia de trabalho, de um fim de semana, de uma semana completa ou outro período qualquer. (SZALAI, 1976, p. 125)

São muitas as variáveis medidas ao longo do eixo de tempo da vida individual e social, como, a hora do dia em que se dão as atividades, a frequência de sua ocorrência, sua posição sequencial em relação a outras atividades. Também, considera-se o aspecto locacional das operações diárias, variáveis socioeconômicas de atividades observadas; por exemplo, em que ambiente social, em ação recíproca com quem, em benefício de quem, e a que custos por unidade de tempo elas se realizam.

Este método foi elaborado nos levantamentos sociais referentes a condições de vida da classe trabalhadora. As longas horas de trabalho características do desenvolvimento industrial e a luta travada desde o início pelo operariado organizado a favor da redução da jornada de trabalho torna compreensível que as proporções de trabalho e tempo disponível na vida cotidiana dos trabalhadores tenham se tornado objeto de preocupação nos países em que a industrialização avançava. (SZALAI, 1976, p. 128-129)

Observa-se que o modo de organização do tempo disponível, muitas vezes identificado como lazer, têm sido o tema central de levantamentos de orçamento de tempo realizados em praticamente todos os países onde o estudo social alcançou certo estágio de desenvolvimento. Considera-se, dentro desta metodologia, que o tempo disponível somente pode ser interpretado de forma significativa dentro do contexto global das atividades humanas.

Os resultados serão dispostos em tabelas destinadas a mostrar: quantas e que tipo de pessoas estão realizando qualquer atividade específica numa certa hora do dia ou da noite, a que horas dormem os docentes, a que horas vão ao trabalho, tomar as refeições, estudar, a que horas poderão ser encontrados, onde residem, a que horas utilizam-se do tempo disponível. Um dos principais objetivos desse levantamento é coligir dados seguros e pormenorizados com vistas ao planejamento e à organização das informações.

Esta pesquisa será alinhada à pesquisa qualitativa em ciências sociais, caracterizada por cinco elementos fundamentais: (a) flexibilidade adaptativa e construção progressiva do próprio objeto ao longo da investigação; (b) capacidade de se ocupar de objetos complexos; (c) capacidade de englobar dados heterogêneos e, por isso mesmo, de combinar diferentes técnicas de coleta de dados; (d) capacidade de descrever em profundidade aspectos importantes da vida social; e (e) abertura para o mundo empírico. (PIRES, 2012, p. 90).

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A Indústria cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000. [Coleção Mundo do Trabalho]

_____. *Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha*. Marília-SP: Manuscrito. Out 2010.

_____. *Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: ALVES, Giovanni; VIZZACCARO-AMARAL, André Luis; MOTA, Daniel Pestana. *Trabalho e saúde: A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011b, pp. 39-55.

_____. Produção do capital e a degradação da pessoa humana: notas críticas sobre a barbárie social e a precarização do homem-que-trabalha. In: ALVES, Giovanni; VIZZACCARO-AMARAL, André Luís; MOTA, Daniel Pestana. *Trabalho e estranhamento: saúde e precarização do homem-que-trabalha*. São Paulo: LTr, 2012, pp. n/d. (prelo)

_____. Trabalho e estranhamento: saúde e precarização do homem-que-trabalha. São Paulo: LTr, 2012. (prelo).

_____. *Dimensões da Precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal6, 2013.

_____; VIZZACCARO-AMARAL, André Luis; MOTA, Daniel Pestana. *Trabalho e saúde: A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A nova era da precarização estrutural do trabalho? In: *Condições de trabalho no limiar do século XXI*. Organizadores: ROSSO, Sadi Dal; FORTES, José Augusto A. Brasília: Finatec, 2007, p. 13-19.

Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. – vol. 1(2001) -. – São Paulo: UNESP, APE, 2011. Disponível em: <https://ape.unesp.br/anuario/index.php>. Acesso em; 12 fev. 2013.

BACAL, Sarah. *Lazer e o Universo dos Possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003.

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.28, n.101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 2001.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. 11ª ed. São Paulo: Publicações Escorpião, 1985.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. *Lazer e Esporte: políticas públicas*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. SAMPAIO, Tania Mara V.; CAPI, André Henrique C.; SILVA, Débora A. M. *Políticas Públicas de Lazer Formação e Desenvolvimento de Pessoal*. Curitiba: Print, 2007.

MARX, Karl. *O Capital - O Processo de Produção do Capital*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

_____. Manuscritos econômicos-filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito Marxista do homem*. Trad. Octávio A Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. O Manifesto Comunista. In: FERNANDES, Florestan. *Marx e Engels – História*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. *Elementos Fundamentales para la critica de la economia politica* (borrador) 1857-1858 [Grundrisse]. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, vol.2, 1973.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O lazer no planejamento urbano*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

NAVARRO, V. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, V.(org.) *Dialética do lazer*. São Paulo, 2006.

NEGRI, Antonio e LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RUSSEL, Bertrand. *O elogio ao Ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

ROSSO, Sadi Dal. *Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, L. L. de C. P. formação de professores na cultura do desempenho. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez., 2004.

SILVA, E.P.; SILVA JR, J.R. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, número especial, p. 223-238, 12 fev. 2013.

SILVA JR, J. R.; SUISSARDI, V.; SILVA, E. P. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/18803735/1077811862/name/UNKNOWN_PARAMETER_VALUE Acesso em: 12 fev. de 2013.

SZALAI, A. Tendências da pesquisa contemporânea sobre o orçamento de tempo. In: BAUMAN, Zygmunt; EISENSTADT, S. N.; GALTUNG, Johan; et al. *Sociologia*. Série Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1976, p. 125-142.